

CAMPESINIDADE: A CULTURA CAMPONESA NO ESPAÇO DA CIDADE

Penha Magalhaes **RIBEIRO**
Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
E-mail: penha.magal@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3647-577X>

Aldiva Sales **DINIZ**
Doutora. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
E-mail: aldiva_sales@uvanet.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9680-4617>

Recebido
Março de 2024

Aceito
Setembro de 2024

Publicado
Setembro de 2024

Resumo: Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado sobre a campesinidade na sede do distrito de Taparuaba-Sobral-Ceará, tendo como objetivo principal buscar compreender como os camponeses ressignificaram suas relações a partir dos elementos da campesinidade, morando no espaço urbanizado do distrito de Taparuaba, uma localidade semelhante a uma pequena cidade. Este estudo teve como base teórico-metodológica o materialismo histórico dialético, a partir da leitura de autores que discutem a questão agrária, as lutas camponesas e a campesinidade, como Cândido (1982); Klaas Woortmann (1990); Ellen Woortmann (1993; 1994; 1995; 2014); Martins (1995; 2010); Diniz (1999; 2009; 2010); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001); Shanin (2005; 2007), Tomas Júnior (2007). Buscamos realizar um diálogo entre o referencial teórico com as fontes escritas, orais e observações de campo. Os resultados e discursões foram elaborados a partir de observações e análises que nos levaram a perceber os elementos da campesinidade entrelaçados pela solidariedade e reciprocidade dentro de um cotidiano de ressignificação da moral camponesa, nas relações de parentesco, nas atividades produtivas, (agricultura, confecção e o comércio), na constituição da vizinhança, do compadrio e em muitos outros aspectos que vão mostrando as estratégias de ajuda mútua que colaboram para a permanência e desenvolvimento do grupo. Apesar de ser uma pesquisa inicial, sem a amplitude necessária que o tema merece, esperamos contribuir de alguma forma com o debate acerca da campesinidade na interseção campo/cidade.

Palavras-chave: Campesinidade; camponês; campo; cidade.

PEASANT MORAL ORDER: PEASANT CULTURE IN THE CITY SPACE

Abstract: This work is part of the Master's Degree Dissertation on peasant moral order in the district of Taperuaba, in Sobral, Ceará, with the main objective of seeking to understand how peasants redefined their relationships based on the elements of peasant moral order, living in the urbanized space of the district of Taperuaba, a location similar to a small town. This study had dialectical historical materialism as its theoretical-methodological basis, based on the read of authors who discuss the agrarian issue, peasant struggles and peasant moral order, such as Cândido (1982); Klaas Woortmann (1990); Ellen Woortmann (1993; 1994; 1995; 2014); Martins (1995; 2010); Diniz (1999; 2009; 2010); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001); Shanin (2005; 2007), and Tomas Júnior (2007). We sought to create a dialogue between theoretical framework, written and oral sources, as well as field observations. The results and discussions were made based on observations and analyzes that led us to perceive the elements of peasant moral order intertwined by solidarity and reciprocity within a daily life of resignification of peasant morality, in kinship relations, in productive activities (agriculture, clothing production and commerce), in the constitution of the neighborhood, of comradeship and in many other aspects that show the mutual aid strategies that contribute to the permanence and development of the group. Despite being initial research, without the necessary amplitude that the topic deserves, we hope to contribute in some way to the debate about peasant moral order in the countryside/city intersection.

Keywords: Peasant moral order; peasant; countryside; city.

CAMPESINATO: LA CULTURA CAMPESINA EN EL ESPACIO DE LA CIUDAD

Resumen: Este trabajo forma parte de la Disertación de Maestría sobre el campesinado en la sede del distrito de Taperuaba-Sobral-Ceará, con el objetivo principal de buscar comprender cómo los campesinos dieron un nuevo significado a sus relaciones a partir de los elementos del campesinado, viviendo en el espacio urbanizado del distrito de Taperuaba, una localidad similar a una pequeña ciudad. Este estudio tuvo como base teórico-metodológica el materialismo histórico dialéctico, basándose en la lectura de autores que discuten la cuestión agraria, las luchas campesinas y el campesinado, como Cândido (1982); Klaas Woortmann (1990); Ellen Woortmann (1993; 1994; 1995; 2014); Martín (1995; 2010); Dínez (1999; 2009; 2010); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001); Shanin (2005; 2007), Tomás Júnior (2007). Buscamos realizar un diálogo entre el marco teórico y las fuentes escritas, orales y observaciones de campo. Los resultados y discusiones fueron elaborados a partir de observaciones y análisis que nos llevaron a percibir los elementos del campesinado entrelazados por la solidaridad y la reciprocidad en un cotidiano de resignificación de la moral campesina, en las relaciones de parentesco, en las actividades productivas (agricultura, confección y comercio), en la constitución del barrio, del amiguismo y en muchos otros aspectos que muestran las estrategias de ayuda mutua que contribuyen a la permanencia y desarrollo del grupo. A pesar de ser una investigación inicial, sin la amplitud necesaria que el tema merece, esperamos contribuir de alguna manera al debate sobre el campesinado en la intersección campo/ciudad.

Palabras clave: campesinado; agricultor; campo; ciudad.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado em Geografia. A Campesinidade no Distrito de Taperuaba, pesquisa na qual procurou-se perceber como a campesinidade pode estar

presente em uma localidade urbanizada semelhante a uma cidade pequena. Corresponde ao quarto e último capítulo da dissertação, apresentada no Mestrado Acadêmico em Geografia-MAG, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, tendo como objetivo compreender como os sujeitos provenientes do campo ressignificaram suas relações pessoais, de parentesco, compadrio e vizinhança, a partir dos elementos da campesinidade, como honra, hierarquia, solidariedade e reciprocidade, vivendo no distrito de Taparuaba.

Para nós auxiliares a compreender melhor os elementos da campesinidade, buscamos entender quem é o camponês. Para isso contamos com as análises feitas por autores como Carneiro (2001), Shanin (2005) e Marques (2008), no estudo sobre o que venha ser o homem do campo; Cândido (1982) explica que o trabalhador do campo recebeu nomenclaturas diversas por todo país: caipira, caboclo, boia-fria, caiçara etc.; já Martins (1995) esclarece ter sido assim nomeado (camponês) pelas esquerdas para definir seu trabalho no campo e suas lutas, e Diniz (2009) completa que a luta camponesa se dá com o intuito da preservação da classe, que guarda em si um modo de vida próprio.

[...] Sua reprodução é uma luta diária que tem como base a manutenção de valores considerados tradicionais como família, terra e trabalho, [...] o camponês não pensa a terra sem pensar na família e no trabalho. [...] Uma das dimensões mais importantes da luta dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para construir um lugar familiar, lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (Diniz, 2009, p. 29).

Observamos, no entanto, que a organização camponesa, que tem como base principal de sua economia a agricultura, não se restringe a ela e desenvolve diversas atividades, como observou Shanin:

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. Outra maneira de apresentar o problema é demonstrar o quanto as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um ecossistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo (Shanin, 2005, p. 3).

Assim, a campesinidade nas áreas urbanizadas é possível devido a essa gama de atividades que se complementam devido às relações de reciprocidade e solidariedade presentes no grupo familiar, entendendo que esse grupo não se restringe à família consanguínea, mas se estende às relações de compadrio e vizinhança, como observou Klaas Woortmann (1990), ou

seja, a família camponesa é extensa e numerosa e em intensidade, as relações são contínuas e duradouras.

No entanto o estudo sobre a campesinidade é recente, sendo desenvolvido e apresentado inicialmente aqui no Brasil por Klaas Woortmann (1990). Ele afirma que o conceito se desenvolve como uma ética camponesa e pode estar presente em maior ou menor grau em um grupo. A compreensão teórico-conceitual acerca da campesinidade conta ainda com as análises de Ellen Woortmann (1993), Renk e Cabral (2002), Silva (2006), autores que trabalham com o tema observando a campesinidade em diversas partes do Brasil, descrevendo e analisando práticas que podem ser percebidas não só no campo, como também no cotidiano da cidade.

Esses trabalhos mostram que a campesinidade não se restringe apenas ao espaço do campo, podendo ser apreendida também em áreas urbanizadas, quando camponeses migram para a cidade e trazem consigo a tradição camponesa que foi cultivada por gerações, através da oralidade, do trabalho e do habitus social no cotidiano.

Assim, vamos compreendendo que os elementos da campesinidade se dão, sobretudo, no campo da moral, e que esta tem como base a solidariedade e a reciprocidade, como bases que garantem a permanência e desenvolvimento frente aos desafios externos. Dessa forma, esses elementos podem estar presentes em maior ou menor grau nas relações entre parentes, compadres e vizinhos, que vivem hoje nas ruas e bairros do Distrito de Taparuaba, território onde nossa pesquisa é realizada, espaço fundado pelos que nasceram no campo, viveram nas fazendas, trabalhando juntos na mesma terra.

Assim, a leitura teórica e a análise de campo nos ajudaram a identificar a presença dos elementos da campesinidade no distrito de Taparuaba, localidade que temos classificado como semelhante às cidades pequenas do estado do Ceará devido à sua população e infraestrutura, e nesse contexto as pesquisas de Santana (2011) e Rodrigues (2012), nos auxiliaram bastante a perceber como os elementos da campesinidade podem se apresentar no tecido urbano.

Para nos ajudar a pensar a campesinidade e a construção do espaço dentro de um distrito com características de pequena cidade que tem forte intercâmbio com o campo, buscamos trabalhar com os conceitos de campo e cidade. Para entender como esses dois espaços dialogam, apoiamo-nos nas considerações dos seguintes autores: Maia (1999), Silva (2000), Ferreira (2009) e Santana (2011).

Dentro da relação campo e cidade não há apenas diferenças, mas também existem intercessões. Desse modo, consideramos que nesses espaços se recriam as relações sociais dando a possibilidade de desenvolvimento do múltiplo, e não do homogêneo. São locais das territorialidades diversas, e não da mera reprodução da sociedade capitalista, como esclarece

Silva (2000):

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade (Silva, 2000, p. 9).

Podemos fazer assim uma análise das cidades pequenas, que só recentemente começam a ser objetos de estudo do campo geográfico. A respeito desse novo campo de pesquisa, evidenciam uma configuração urbana marcada por formas espaciais distintas. Conforme afirma Anieres Silva, Gomes e Silva (2009, p. 60):

É na pequena cidade que as territorialidades se tornam mais evidentes. A territorialidade pode ser entendida como a relação do indivíduo com o espaço vivencial. Por meio desta relação, pode influenciar ou controlar ações, bem como possibilitar o monitoramento de uma determinada área geográfica (SARK, 1986). Trata-se de um território usado, prenhe de significados, singularidades e representações da vida cotidiana.

Dentro desses aspectos, começamos a considerar que a pequena cidade tem singularidades que fazem dela um espaço rico em possibilidades. Sua realidade é diferenciada das relações temporais e espaciais das grandes metrópoles, isso a torna lugar cotidianamente construído por práticas sociais que lhe dão outra dinâmica e vivacidade, como assevera Ferreira (2009). Dentro desse contexto, o campo se aproxima da cidade, ambos convivem e dialogam, as trocas acontecem com mais frequência, as dicotomias tendem a ser tênues no que diz respeito às relações sociais e ao modo de vida como destaca Santana:

O limite entre o campo e a cidade é visível e abrupto na paisagem, mas não o é nas relações que esses trabalhadores estabelecem com o seu entorno. A relação com um mundo primário, com a natureza é latente e transparece no comportamento individual e coletivo: permanece, para alguns, o hábito de se alimentar de cócoras ou em pé, tal qual no roçado; perdura o medo da fúria da natureza (relâmpagos, redemoinhos que carregam o capeta, ventos fortes que assustam); resplandece a alegria coletiva com a vinda da chuva e os banhos nas “bicas” das casas (Santana, 2011, p. 164).

Nesse contexto, a pesquisadora percebe que as pessoas que vivem nas pequenas cidades guardam em seu comportamento traços que marcam o modo de vida do campo, atitudes simples que continuam existindo nas atividades do dia-a-dia, na alimentação, no respeito à hierarquia familiar, na persistência do horário do almoço, no comportamento místico-religioso, nas festas. São pequenos sinais, práticas corriqueiras que são percebidas pelo outro que vem da cidade grande, mas se mostram naturais entre os locais.

Assim, em busca de compreender como ocorre a ressignificação dos valores camponeses, buscamos, através do método dialético, fazermos um diálogo entre a teoria e a prática, procurando nos aproximarmos do nosso objeto de pesquisa através das fontes escritas, sobretudo locais, das observações de campo e da história oral.

As fontes escritas se constituem principalmente de livros, dissertações, monografias e artigos, e trazem informações diversas sobre a localidade. Além dessas fontes, foram consultados alguns documentos oficiais, como os dados do IBGE e IPECE, que nos ajudaram a compreender a dinâmica populacional e econômica.

As observações de campo foram importantes para perceber como elementos da cultura camponesa estão dispostos na sede do distrito, como as áreas de plantação, a criação de gado, as casas e a composição da vizinhança, do comércio e das instituições públicas. Mas acima de tudo, o modo de viver das pessoas em seu cotidiano, as relações entre familiares e vizinhos que possibilitam a sobrevivência e a resistência camponesa no espaço da cidade.

As fontes orais mostraram-se imprescindíveis para a pesquisa, dando a oportunidade de ouvir e registrar a trajetória de vida de camponeses e refletir pela sua ótica. Foram ouvidos aqueles que têm a posse precária da terra através do arrendamento ou parceria, como os que possuem um pequeno pedaço de terra. Para isso organizamos entrevistas temáticas com seis agricultores, a partir das quais buscamos perceber as particularidades do modo de vida do campo em uma área urbanizada.

Dessa forma, a história oral se constitui para nós como um dos nossos principais meios de pesquisa, já que os sujeitos e o objeto de nosso estudo dificilmente seriam encontrados em outras fontes. As perguntas foram elaboradas com foco nas relações do cotidiano, o trabalho e a convivência familiar, práticas que nem sempre são registradas em outros documentos, pois não fazem parte do cenário dos eventos históricos, como esclarece Portelli:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos (Portelli, 1997, p. 31).

Ouvir as pessoas e entendê-las foi para nós um esforço primordial, pois essas falas contam de forma pormenorizada o que as estruturas de poder tangenciam, a trajetória de vida dos entrevistados, não contam apenas sobre sua vida, mas sobre sua cultura, que é o modo de viver de todo um grupo. E para auxiliar nessas reflexões, contamos com teóricos da História Oral, tais como Samuel (1990), Portelli (1997), Bessa *et al.* (2011), Alberti (2013), e que têm nos ajudado a entender o caminho a ser seguido.

Com base na observação de campo, nas entrevistas com moradores, conversas informais, leitura de pesquisas locais e o diálogo com a pesquisa teórica, buscamos entender como as pessoas que não moram mais no campo têm acesso a transportes, aos meios de comunicação modernos, aos produtos industrializados e vivem imersos em uma sociedade que prega a concorrência e a individualidade, buscam ressignificar o modo de vida camponês através de seu cotidiano.

Dessa forma procuramos entender como os elementos da campesinidade, tais como a solidariedade e a reciprocidade, estão presentes em maior ou menor grau nas relações entre parentes e vizinhos que por muito tempo viveram nas fazendas, trabalharam juntos a mesma terra e fizeram parte de um mesmo grupo, seja ele a família consanguínea, por afinidade ou através das relações de compadrio e vizinhança, e hoje contribuem para o desenvolvimento de um modo de vida que se desenrola em uma pequena cidade, não tão longe do campo, não tão longe da cidade.

A CAMPESINIDADE, VIZINHANÇA DOS PARENTES E CONHECIDOS

O Distrito de Taperuaba assemelha-se a uma pequena cidade e a maioria absoluta de sua população é oriunda do campo, trazendo dessa forma o modo de vida camponês para uma área que vai sendo urbanizada com a interferência direta desses atores sociais, que fazem escolhas como onde morar, onde comprar, que espaços frequentar dentro de suas possibilidades econômicas e culturais.

No início do povoamento do Distrito de Taperuaba, escolher morar em uma rua passa menos pelo valor do terreno ou casa e mais pela escolha da vizinhança, o querer morar perto de um filho, do pai, de um compadre, e assim, a compra do imóvel não é meramente especulativa, a localização não revela apenas centralidades e comodidades materiais.

Em alguns casos se formam verdadeiros condomínios onde vivem os pais e próximo estão as casas dos filhos, sobrinhos, irmãos ou pessoas oriundas de uma mesma fazenda. Aqui dois pontos podem se destacar nessa escolha: a confiança e a ajuda, as casas geralmente compartilham de uma mesma parede (o oitão), que poderia ser vendida ou cedida, o que podia representar uma ajuda. Por outro lado, a proximidade entre as casas também compromete a intimidade. As pesquisas de Cândido (1982), revelam esse costume de estabelecer moradia próximo a familiares e conhecidos na fundação de bairros de São Paulo.

O bairro, com efeito, podia ser iniciado por determinada família, que ocupava a terra e estabelecia as bases da sua exploração e povoamento. Com o tempo, conforme tendência visível em todo povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira, atraía parentes, ou os filhos casados se estabeleciam, bem como genros, etc. Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo sua consciência própria [...] (Cândido, 1982, p. 101).

Dessa forma, as observações feitas pelo autor podem ser bem visíveis em nosso trabalho. Os moradores do Distrito de Taparuaba trazem das fazendas essas ligações familiares, algumas vezes consanguínea, outras por afinidade. Seu Orley Ávila Magalhães lembra que na fazenda onde nasceu moravam muitos parentes. E algumas localidades passaram a ser denominadas pelo nome das famílias que ali habitavam, como é o caso de um lugar chamado Boa Vista, dividida em duas partes e conhecida popularmente como: Boa Vista dos Paiva e Boa Vista dos Cabecinhas.

Ellen Woortmann (2014), em seus estudos sobre migração, denomina esse movimento entre áreas conhecidas dos migrantes de ilhas de identidade. Na atualidade, a vizinhança familiar pode ser observada em muitas ruas do distrito de Taparuaba, como uma tradição que veio do campo para cidade, como observamos nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Fotografia da av. Júlio Ferreira, residência dos Melo.



Fonte: Os autores.

Figura 1 – Fotografia da rua Pe. Leitão, residência dos Ávila.



Fonte: Os autores.

Isso nos leva a entender que ao estabelecerem-se em um novo domicílio, as pessoas que vêm de comunidades tradicionais procuram estar próximas a parentes e conhecidos por possuírem um forte vínculo cultural e de pertencimento, ou seja, estarem ligadas por seu modo de vida, assim, a maior parte das pessoas do distrito se conhece de longas datas. Em uma rua ou bairro é comum encontrar vizinhos e familiares que vieram de uma mesma fazenda ou sítio, como também observou Cândido:

O significado novo adquirido pelos “blocos familiares”, isto é, a vizinhança imediata de membros da mesma família, formando, dentro do grupo, um subgrupo coeso e mais disposto a solidariedade vicinal. É claro que isto sempre existiu e vimos, mesmo, que os bairros se originavam muitas vezes da multiplicação de uma família nuclear ou da justaposição de parentes (Cândido, 1982, p. 257).

Cândido analisa que as famílias muitas vezes organizam sua moradia em virtude da solidariedade, ou seja, se fixando perto de conhecidos e familiares, pois existe maior possibilidade de ajuda mútua, e por isso, em muitos casos mudam de um lugar para outro para se aproximarem, revelando uma cultura voltada a trocas e ajudas, como nas atividades do campo.

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (por vezes entre fazendeiros), suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar (Cândido, 1982, p. 88).

Os agricultores que entrevistamos revelam que principalmente na limpa dos roçados é realizado o mutirão, geralmente com a troca de dias de serviço, como lembrou seu Antônio Martins do Nascimento. Nas áreas urbanizadas, a ajuda pode continuar ocorrendo como uma forma de contribuir com as novas demandas. São avós que cuidam dos netos para que os filhos trabalhem ou os filhos que cuidam dos pais quando estão idosos.

Entendemos que nas pequenas localidades ou bairros das periferias, as relações de vizinhança podem ser motivadas pela necessidade de estar próximo de pessoas conhecidas e estimadas, o que gera a possibilidade da solidariedade e reciprocidade.

Diferentemente da lógica capitalista dos condomínios de luxo, onde a moradia se estabelece de acordo com as possibilidades monetárias dos proprietários, e apesar de viverem em um mesmo espaço, mantêm a distância e a individualidade, já que as pessoas com maior poder aquisitivo não necessitam dessas ajudas, pois dispõem de recursos para contratarem os mais diversos serviços.

Dessa forma, a permanência do modo de vida camponês pode ser percebida não apenas no aspecto econômico, ou seja, no exercício das atividades produtivas relacionadas ao campo,

como o trabalho na agricultura e na pecuária, mas também nas relações pessoais, como na manutenção das relações de parentesco e vizinhança, de casamento e compadrio, nos laços de confiança, elementos da vida camponesa que em grande medida são responsáveis pela manutenção do grupo.

A CAMPESINIDADE NA FAMÍLIA, NO COMPADRIO, NAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO

Procuramos, entre outras coisas, observar os elementos da campesinidade, buscando perceber como os sujeitos que viviam no campo, ao migrarem para a cidade, passam por mudanças, mas em algum grau permanecem com seu modo de vida camponês.

As relações pessoais e sociais em um grupo advindo do campo podem apresentar, em maior ou menor grau, os elementos da campesinidade. Em algumas localidades desenvolvem-se em seu cotidiano traços originários do campo, assim como os que podem ser observados em Taparuaba, como o trabalho agrícola em parceria, as diversas habilidades desenvolvidas pela indústria doméstica, o comércio como base na confiança, o parentesco e o compadrio como composição familiar. Esses e outros aspectos também podem ser observados em cidades pequenas do Brasil.

No cotidiano das pequenas cidades, está referenciada a construção de um lugar geográfico totalmente singular, diferenciado, enraizado nas relações de posse no qual os indivíduos fazem de sua casa e da sua cidade o seu território. O lugar encontrado nessas pequenas cidades permite que as relações interpessoais ainda se tornem estreitas, e as tradições, festejos, crenças no padroeiro, relações de compadrio e amizade ainda se façam vivas e reproduzidas por sua gente (Ferreira, 2009, p. 72).

Dentro dessas relações que se desenvolvem nas pequenas cidades está a forte ligação de parentesco e compadrio. Se em uma cidade grande muitas vezes se ignora a procedência da vizinhança, na cidade pequena não é raro os vizinhos serem parentes ou se tornarem através do compadrio. A família se estende para além do núcleo jurídico, primos distantes compadres e afilhados compõem a família extensa que se relaciona de forma ampla em muitos setores, geralmente possibilitando o processo de conhecimento da índole do indivíduo, como é observado na pesquisa de Ellen Woortmann (1994, p. 10):

A palavra Keim é definida como significando "princípio germinativo", origem. Ele é transmitido hereditariamente; diz-se que está oculto no sangue: Er steckt im Blut, podendo implicar tanto características físicas como morais. Equivale a uma espécie de carga genética que opera na constituição de relações sociais, inclusive como critério norteador de escolhas matrimoniais. Importa saber quem eram os ascendentes do noivo ou noiva, isto é, os futuros afins, que serão consanguíneos dos filhos do novo casal. Para isso, a memória genealógica é acionada até a raiz, porém, novamente, sem remeter à Europa.

Ou seja, nessas localidades o indivíduo é sempre precedido pela família, essa sempre conhecida em seus aspectos positivos ou negativos, a moral é sempre levada em conta nas relações sociais. No distrito de Taperuaba é comum se ouvir a frase “aquele tem o sangue ruim” para determinar pessoa que descende de uma família sem respaldo moral dentro do grupo. Em alguns casos, amizades e namoros são proibidos pelos familiares. E aqueles que insistem em contrariar as regras continuam sendo observados e apontados. Em muitos casos as relações mal sucedidas são contadas como exemplo.

Por isso, os indivíduos são preparados desde a infância com histórias daqueles que conseguiram progredir ou não, destacando-se dentro do grupo. Durante muito tempo, foi comum os parentes migrarem para cidades influenciados pelo exemplo de outros familiares. Hoje o exemplo tem se encaminhado para a persistência nos estudos, o que tem feito muitos jovens permanecerem na localidade por mais tempo para cursarem o nível superior ou até ficando definitivamente depois de formados para trabalhar em uma área da saúde ou educação.

As relações de parentesco podem permitir a ascensão social do grupo, os parentes são sempre os funcionários preferíveis de empresas locais, e quando uma pessoa do grupo trabalha ou monta uma empresa em outra cidade, geralmente recruta os familiares e conhecidos de seu lugar de origem. Isso ocorre devido ao forte vínculo de confiança e ajuda mútua que se apresenta como um elemento da campesinidade, mas também pela possibilidade da exploração da mão de obra de origem camponesa, como observam Renk e Cabral (2002, p. 22) entre os migrantes catarinenses:

Paradoxalmente, os jovens que migram valem-se do capital incorporado da condição de colono, da campesinidade" e da socialização no alto grau de auto exploração, que fazem valer frente àqueles socializados noutro contexto, que não o da colônia. Essa inculcação pode ser positiva, expressa nos esquemas mentais em que retiram da campesinidade os aspectos favoráveis às novas situações, ou seja, valem-se de uma campesinidade desterritorializada num mundo que se move rapidamente.

Os jovens camponeses catarinenses passam pela desterritorialização ao migrarem para a Alemanha, assim como muitos camponeses nordestinos que migram para o Sudeste, geralmente por intermédio de algum conhecido que foi ou ainda vive lá, e se apoiam em seu

modo de vida para se sustentar. A união e parceria do grupo os tornam resistentes em um ambiente estranho. Já os empregadores os preferem devido à possibilidade de maior exploração do trabalho, ou na contratação baseados na confiança, sendo mais suscetíveis também a aceitar trabalhar por salários diferentes dos praticados ou por um número maior de horas.

As possibilidades de exploração ocorrem porque, dentro da lógica da campesinidade, mais importante do que os ganhos é a palavra empenhada, o trabalho bem feito, a lida terminada. Nesse contexto, a relação entre os trabalhadores e patrão quase sempre é familiar, não mera prestação de serviço. Renk e Cabral (2002) descrevem uma situação em que podemos perceber que quando esta não se estabelece, os laços tendem a se romper mais rapidamente.

Sobre as avaliações do tempo de permanência em estágio na Alemanha. Alguns reportam-se ao relacionamento "frio" dos germânicos. Posteriormente, foram cativados de modo a sentirem-se membros da família. Noutras propriedades há grande rotatividade de jovens estagiários no mesmo ano, o que pode ser um indicador do tratamento dispensado pelo "patrão", transformando o jovem em "mero peão" (Renk; Cabral, 2002, p. 22-23).

Dessa forma, podemos perceber que a campesinidade se desenvolve através de uma lógica diferente da lógica capitalista, mas que de forma contraditória acaba colaborando para ampliar a competitividade do mercado e os lucros das empresas capitalistas que procuram tirar proveito da lógica camponesa, o que tem desafiado constantemente o entendimento dos administradores formados a partir da ideologia neoliberal.

No entanto, o trabalho de Silva (2006) mostra que devido às crescentes crises do sistema capitalista, cada vez mais pessoas são expulsas do mercado de trabalho. Assim, a campesinidade pode se apresentar como alternativa e elo de resistência, ou quem sabe outra possibilidade de futuro.

A comunidade camponesa pode ser utopia construída pela invenção do passado. Pode ser a quimera de algo impossível no presente conformado pela ordem burguesa. Uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo. Mas pode ser uma fabulação do futuro (Ianni, 2016, p. 69).

Um futuro que não parece tão distante diante das dificuldades do dia a dia, do desemprego crescente em virtude da mecanização e informatização dos vários setores da economia. Nesse sentido, a família e os vizinhos formam uma comunidade que se ajuda em diversas atividades, muitas vezes produzindo e dividindo os frutos do trabalho, como pode se observar na fala de um agricultor taperuabense:

Esse terreno é herança dos meus pais, que moram aqui com a maioria dos meus irmãos. Nossa produção é bem diversificada, se não dá um alimento dá outro, mamão sempre tem, e se é de comprar tem em casa. Eu trabalho alguns dias aqui na plantação, outros dias trabalho na diária. O ganho tá difícil agora no período do inverno, porque eu trabalho na construção, mas até na cidade o desemprego aumentou. Minhas sobrinhas, que trabalhavam em Fortaleza, agora estão morando aqui (Rodrigues, 2018, s.p.).

O senhor Francisco Rodrigues mora em um terreno relativamente grande, ao lado da rodovia, no bairro conhecido como Vassouras, ali fica também a casa do pai e de alguns irmãos, a pequena propriedade parece um sítio dentro da área urbana, e como ele explicou, a produção é compartilhada entre os familiares. Ele trabalha na agricultura e quando aparece uma diária na construção civil, dentro de sua fala, ele ainda expressa outras contradições capitalistas, tais como o desemprego na cidade grande e a migração de retorno dos familiares. Nesse contexto, a terra da família é o porto seguro, gerando a resistência através do trabalho e da produção de alimentos para subsistência.

A agricultura camponesa é uma atividade que pode começar ainda na infância e acompanhar a pessoa por toda uma vida, como seu Marcelino Rodrigues Duarte, pai de seu Francisco Rodrigues, que com seus 89 anos de idade disse gostar muito da roça, sendo para ele um entretenimento, uma alegria. O trabalho vivido e ensinado aos filhos, nesse sentido, alimenta não só o corpo, mas o espírito, com a ajuda mútua do grupo, mantendo as pessoas vivas, ativas e saudáveis.

No Distrito de Taperuaba, alguns itens da agricultura de subsistência continuam sendo produzidos pelos agricultores e criadores que produzem para o consumo da família, e o excedente comercializam para a população local. Os produtos locais mais consumidos são carnes bovina, ovina, caprina de porco, peixe, galinha caipira e capote, leite e derivados, milho, feijão, melancia etc.

Taperuaba é uma comunidade de origem camponesa, que continua fazendo o consumo de produtos do campo, alimentos da cultura local com qualidade nutritiva, pois são produzidos de forma mais natural, com sementes crioulas, menor quantidade de agrotóxico e quando vendidos possuem um preço menor, levando em conta os custos de produção, já que são produzidos dentro da lógica camponesa, onde não é contabilizado o valor equivalente à mão de obra, não possuem os gastos com transporte e embalagem, tornando-se uma possibilidade de alimentação saudável e ecológica para a comunidade.

Eis um expediente interessante para colocarmos em discussão a Soberania Alimentar dos povos, como uma bandeira de todos os trabalhadores e trabalhadoras, ou em essência uma questão de classe, pois os camponeses têm a ilusão de que devem produzir para o mercado mundial, quando poderiam produzir para satisfazer suas próprias necessidades e abastecer os mercados locais. Por sua vez os demais trabalhadores acreditam que vivenciar um mundo globalizado requer a aceitação da prevalência da eficiência somente para aqueles que conseguem se manter no ambiente da concorrência e na amplitude dos grandes conglomerados, das grandes plantas de supermercados, etc. Seria responsável de nossa parte adiantar o fato de que o mercado internacional existe em função dos excedentes e está controlado pelos grandes conglomerados empresariais, em detrimento da produção camponesa e familiar (Tomaz Junior, 2007, p. 3).

O autor apresenta o importante papel da agricultura camponesa frente à necessidade de se pensar e trabalhar para a construção da soberania alimentar, assim como para o desenvolvimento saudável de todos, não só dos humanos, mas de todo o ecossistema, a terra, a água, os animais e vegetais. A classe trabalhadora, dessa forma, precisa ter clareza de seu papel. Nesse sentido, a cidade e o campo necessitam estar unidos nessa empreitada, e a cultura camponesa pode ser levada em frente através do consumo de alimentos camponeses.

Dessa forma, a concepção de agroecologia e trabalho como desenvolvimento ecológico e seguro se contrapõem ao plano de exploração neoliberal de todos os recursos, tanto humanos quanto os naturais. Nossas observações de campo e entrevistas evidenciaram que as famílias camponesas já vivenciam de longas datas a agroecologia e o trabalho baseado na reciprocidade, solidariedade e ajuda mútua, porém, a agroindústria, com sua produção em larga escala, manipulação genética e um forte esquema de marketing, desenvolve uma concorrência desleal, dificultando a eficiência da produção e comercialização local camponesa.

Entre as atividades camponesas, a indústria doméstica se apresenta como importante ocupação, que produz os gêneros mais elaborados de que se necessita, tais como açúcar, rapadura e farinha, além dos utensílios domésticos e os elementos artesanais, como roupas, móveis, os fornos, moendas etc., como observou Cândido (1982). Já Shanin (2008) destaca que uma das características do camponês são as diversas ocupações:

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais. Se for um menino, aprende com o seu pai, se for uma menina, aprende com a sua mãe. Como é que o camponês consegue fazer tantas coisas? Ele lembra com seu pai todos os dias e vai fazendo e aprendendo. É o mesmo para mulheres [...] (Shanin, 2008, p. 41).

Dessa forma, entendemos que em seu modo de vida o camponês possui a autonomia econômica e social, além do desenvolvimento de diversas habilidades, já que ele educa os filhos, produz os alimentos, constrói sua própria casa e possui um código moral que por vezes é diferente da legislação formal, e se não produz todos os gêneros de que precisa, busca no grupo social equacionar essas necessidades através de trocas, que não se realizam em sentido restrito, mas se estabelecem através de vínculos de solidariedade dentro da comunidade, pautados por uma moral camponesa, que não se restringem ao espaço onde são produzidos.

No distrito de Taparuaba, as famílias buscam conciliar a agricultura com outras habilidades camponesas, por isso as pessoas acabam trabalhando em diversas atividades, como servidores públicos, no comércio e na confecção, essa última está mais relacionada com o trabalho acessório.

Na confecção, a família pode trabalhar em casa, com jornadas de trabalho flexíveis, principalmente no período de inverno, quando é necessário plantar, porém esse trabalho ocorre sem registro de emprego formal, com remuneração a partir da produção. Os filhos frequentam a escola, mas também podem participar do trabalho.

A confecção originalmente nasceu no campo, em uma fazenda, relacionando-se com a indústria doméstica, como atividade predominantemente feminina, servindo de complementação da renda familiar, passando o conhecimento da costura e do bordado de geração em geração, guardando a reciprocidade e a solidariedade cultivadas dentro das famílias, assim como as relações de parentesco e compadrio. Nessa lógica camponesa, as relações de trabalho ainda se confundem aos vínculos familiares.

Nesse contexto, o sistema capitalista se apropria dessas relações para garantir a produção e o lucro, usando a mão de obra barata dos camponeses, mantendo a insegurança de direitos trabalhistas e as condições insalubres de trabalho, desenvolvendo a concorrência desleal entre fabricantes e, por fim, inserido o uso das máquinas, que causam por um lado a exaustão do trabalhador e por outro o desemprego. Observamos assim, no espaço da pequena localidade campesina, as tramas da industrialização e as suas contradições.

Dessa forma, podemos entender que se o homem e a mulher camponesa passam a trabalhar na confecção é para dar melhores condições de vida à sua família, e assim buscam manter seu modo de vida, mesmo que de forma contraditória se assalariando por um período, como observou Ariovaldo Oliveira (2001), essa capacidade de flexibilidade é um dos elementos da cultura camponesa, tais como outros aspectos observados por Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (Shanin, 2008, p. 25-26).

Assim, podemos perceber que a dinâmica desenvolvida pela economia camponesa conta com diversos elementos que contribuem com a manutenção do grupo, que enfrenta as crises de forma diferenciada, usando mecanismos de solidariedade no trabalho, migrando ou trabalhando em outra atividade para receber renda em dinheiro. Podemos observar assim a fala do senhor Evangelista Francisco de Barros: “eu e meus filhos nunca trabalhamos para ninguém”.

Ele contou que brocava o roçado (fazia a limpeza do terreno, deixando pronto para plantar quando chovesse), deixava a família em Taperuaba e ia para Brasília ganhar dinheiro. Em janeiro, estava de volta e fazia muito legume (feijão, milho etc.). A afirmação parece ambígua, mas tem um sentido claro: o trabalho temporário na cidade grande possibilitava autonomia e liberdade à família no sertão. Ele queria dizer que não estava sujeito ao fazendeiro, dono da terra, não era morador de condição.

No entanto, para além do mundo do trabalho, as relações sociais guardam uma relação de apreço, respeito e honra que estão marcadas pelos laços de parentesco, que tornam parentes os amigos através do compadrio. Como disse dona Maria da Penha, “o compadre é alguém querido, próximo, que se tem consideração e se torna da família”. Essa proximidade entre os familiares, compadres e amigos do campo é algo que ainda se pode perceber claramente.

A relação de compadrio se assemelha em muitos casos com aqueles estudados por Ellen Woortmann (1995), demonstrando a preferência pelos compadres serem da mesma família, irmãos, primos ou tios, mais ou menos da mesma idade, algumas pessoas mais velhas, tios e avós geralmente são convidados, mas às vezes recusam argumentando que os padrinhos devem ser jovens para acompanhar o desenvolvimento dos afilhados. Alguns padrinhos têm muita atenção aos afilhados, guardando a data do aniversário de cada um. Aqueles com maior recurso financeiro geralmente recebem maior número de afilhados, e a relação de reciprocidade se dá principalmente através de ajuda em um trabalho ou na troca de favores.

A relação entre o padrinho e afilhado geralmente é muito próxima, como de pais e filhos. O respeito, o carinho e a predileção geralmente se estabelecem, assim como a confiança e a ajuda mútua, inclusive há um ditado que diz: “quem tem padrinho não morre pagão”, sendo prática comum pedir ajuda ao padrinho em caso de necessidade.

Assim, a campesinidade se desenvolve dentro da relação familiar, fortalecida pelas relações de compadrio e matrimônio, ampliando os laços e ajudando a manter o patrimônio econômico e cultural do grupo.

No distrito de Taparuaba, observamos também que entre os mais velhos era muito comum o casamento preferencial entre parentes. Senhor Benedito Pinto Mesquita coloca que a família se gostava muito, era muito próxima, tudo junto, aí sempre dava certo um casamento. Os casamentos eram geralmente fortalecidos pela ordem moral, não raro se ouvir dizer entre os depoentes que os casamentos eram apoiados quando eram pessoas conhecidas, de boa índole, no entanto, o estudo de Araújo (2011) aponta que a tradição do casamento entre parentes foi muito utilizada pelos grandes proprietários de terra, onde união dos laços de matrimônio fortaleciam também as alianças políticas no estado do Ceará.

Dessa forma, percebemos que entre a elite, o casamento entre parentes preservava o patrimônio, já entre os camponeses pobres, mantinha a moral e os bons costumes. Se por um lado observamos os casamentos e a relação com a herança da propriedade, por outro, nesse processo há também os deserdados e migrantes. Os primeiros podem não casar ou casar sem herança, os segundos podem migrar em busca de conquistar um patrimônio ou dote para o casamento, os deserdados também podem migrar após o casamento em busca de sustento. No distrito de Taparuaba essas eram práticas muito comuns, já que a maioria das pessoas não possuía terra, vivendo como moradores de condição.

No entanto, hoje, na sede do distrito, a maior parte das pessoas possui casa própria, a residência é uma propriedade muito importante para as pessoas do lugar, constituindo-se na principal herança familiar, como afirmou o senhor Orley Ávila Magalhães, que ajudou cada um dos filhos a construir suas casas, quase todas ao redor de sua residência. Já a terra é da família, como disse o agricultor Arnóbio Mendes, que é herdeiro de uma pequena propriedade nas proximidades do distrito. Porém, como afirmou dona Maria da Penha Cruz Felix, acima de tudo está a família, ela é o bem mais precioso.

Na perspectiva que adoto, a família, que é um dos pontos centrais deste artigo, não é vista chayanovianamente como um pool de força de trabalho, variável ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, mas como um valor, o valor-família, permanente no tempo. Isto significa que não estou me ocupando da “pequena produção”. Não me centro na produção de bens materiais pela família, mas com a produção cultural da família enquanto valor. O que interessa aqui é menos a teoria de um tipo de economia do que a de um tipo de sociedade [...] (Woortmann, 1990, p. 13).

Assim, percebemos que a família é figura central dentro do estudo da campesinidade, pois é por ela e para ela que são desenvolvidos os códigos morais, pensando em sua reprodução,

ou seja, na sobrevivência do grupo, mesmo que para isso sejam aplicadas estratégias diversas. É importante deixar claro que essa família da qual falamos não se restringe ao modelo nuclear burguês, pelo contrário, é uma família extensa, que além dos pais e filhos contam com avós, tios avós, muitos primos, padrinhos, compadres e afilhados e agregados.

Entendemos que mesmo dentro de uma área urbanizada as relações ainda se pautam em parte por um código moral que nasce no campo, o que tem contribuído de certa forma para a permanência de muitas famílias na localidade, pois apesar de muitas vezes não terem uma atividade econômica satisfatória em termos monetários, buscam atividades complementares para permanecerem próximo a seus familiares e terem condições de viver a sua cultura.

Percebemos também que esses costumes não são simples modelos prontos, eles vão sendo transformados. A confecção ampliou de forma decisiva a participação da mulher na economia familiar, assim como a educação, já que em sua maioria, os cargos de magistério são exercidos pelas mulheres. Dessa forma podemos considerar que a mulher tem um importante papel na família e na comunidade.

Porém, em alguns casos em que a mulher não tem acesso a renda, seu trabalho não é valorizado. Conversamos informalmente com mulheres que afirmaram ser o homem quem decide tudo sozinho, apesar de ela produzir junto com ele, plantando e criando. Percebemos que as mudanças e as permanências mostram o desenvolvimento do grupo familiar e que isso exige sacrifícios por parte de seus membros, como trabalhar, seguir as regras, respeitar a hierarquia e, em alguns casos, migrar em busca de trabalho ou estudo.

Mas de qualquer forma, para as famílias o êxito é sempre contado com o objetivo de reforçar e encorajar os mais jovens a lutarem para crescer de forma honesta. O “bulir no alheio”, como disse seu Marcelino Rodrigues Duarte, não é certo, o roubo é uma desonra, uma violência constantemente citada como um ato vergonhoso, em oposição ao trabalho pesado, mas honesto, do agricultor. Dessa forma, a família exerce um importante papel moralizador na localidade, percebemos que nas diversas relações sociais, inclusive no comércio, ela se apresenta como referência. Em uma sociedade onde a honra e a palavra dada ainda são valores cotidianos, é comum se ouvir “é de família tal, é pessoa honesta”, ou “esse é de uma família que não adianta confiar”.

A individualidade ainda não se apresenta como elemento principal nas pequenas cidades, até os de fora, ou seja, pessoas de outras localidades que vêm morar no distrito, são logo indagadas pela origem de sua família e algumas vezes são rapidamente localizados dentro do mapa da moralidade familiar, já que por muitos anos houve forte interação entre as

comunidades adjacentes. Hoje, esse intercâmbio se faz mais rareado, sobressaindo-se as centralidades das cidades de médio e grande porte.

Podemos perceber que a camponêsidade no distrito de Taparuaba permanece organizada dentro de uma hierarquia familiar, onde através do trabalho, os pais buscam equacionar as dificuldades, e através da moral, assentar os filhos da melhor forma possível.

Dessa forma, a população que migrou do campo para o distrito de Taparuaba muitas vezes acaba ressignificado seu modo de vida, constituindo assim a camponêsidade em uma área urbanizada, onde o grupo familiar desenvolve a prática da ajuda mútua em diversas situações, quando os pais constroem as casa dos filhos em seu terreno, quando as mães cuidam dos netos para que as filhas possam trabalhar e estudar, quando o feijão, o leite e a carne produzida é dividida entre todos da mesma família, quando o cuidado com os filhos pequenos ou os pais idosos não é institucionalizado, mas moralmente encarado como responsabilidade familiar.

Assim, percebemos nessa pequena localidade que muitos não encontram emprego, mas trabalho, que pode ser observado, sobretudo, a partir da reciprocidade apresentada por Polanyi (2000), como característica das economias tradicionais. No entanto, entendemos que essa comunidade também convive com o sistema de mercado, que se apropriou da produção local do artesanato do bordado transformando-o em confecção, que exporta para as localidades distantes. Através desse sistema, também se consomem produtos industrializados de vários lugares do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a camponêsidade nos faz perceber que a sobrevivência camponesa algumas vezes ocorre de forma ambígua dentro do sistema capitalista. Ou seja, o camponês não desaparece dentro desse sistema, mas é capturado por ele, pois o mercado atrai os frutos do trabalho familiar, expropriando o excedente da produção de subsistência. Por outro lado, se utiliza da mão de obra camponesa em diversas atividades nos períodos de crise.

Assim, a expropriação e a exploração tiram do camponês a possibilidade de se desenvolver de forma digna, porém seus valores morais o fortalecem mesmo em momentos de graves crises. Valores esses que se estabelecem a partir de uma tríade: terra, trabalho e família, descrita por Klaas Woortmann (1990), como os elementos que mantêm essa classe unida, ressignificando seu modo de vida.

Porém observamos que o discurso capitalista é contraditório, pois nega o modo de vida camponês, mas colabora para que esse modo de vida seja ressignificado até mesmo em espaços urbanizados, das periferias das grandes cidades como a estudada por Silva (2006), ou em

distritos como Taparuaba. Seja através da agricultura de subsistência ou no trabalho acessório, na criação das crianças ou no auxílio aos idosos, pois nas famílias camponesas a solidariedade e a reciprocidade dos pais com os filhos e vice-versa ocorre ao longo da vida, o que contribui para a sobrevivência desse grupo.

Assim, apesar do sistema capitalista apropriar-se dos ganhos reais das famílias camponesas, a pequena liberdade de movimento produtivo permite a elas encontrarem formas de ampliarem seus ganhos no período de maior produção ou promover a ajuda diante da solidariedade no trabalho entre familiares e vizinhos próximos.

No entanto, percebemos que a campesinidade não se apresenta apenas em atividades econômicas, mas principalmente em seu aspecto moral, nas relações de confiança, no vínculo das relações de parentesco e vizinhança, e que essas se dão no cotidiano, sendo reforçadas pelos momentos de reuniões festivas, comércio e trocas de alimentos, principalmente a partir da produção oriunda do período de produção no inverno.

Portanto, dentro desses aspectos, a campesinidade nos levou a fazer algumas reflexões. Percebemos que a campesinidade pode se desenvolver para além do seu espaço original, através da ressignificação dos valores trazidos pelas pessoas que vieram do campo para áreas urbanizadas, mudando ou resistido a determinados aspectos a eles impostos.

Entendemos assim que as pessoas que estudamos são sujeitos históricos que vivem dentro da sociedade capitalista, envoltas pelas inovações tecnológicas e científicas, mas que constroem seu espaço e suas relações dentro de um cenário de contradições políticas, econômicas e sociais, e escolhem manter sua cultura ou desenvolver modificações diante das necessidades ou conveniências geradas a partir de sua realidade.

Porém, ressaltamos que nossa pesquisa apresenta o esforço de compreender como a campesinidade se desenvolve em áreas urbanizadas, dentro de um contexto social e econômico próprio das pequenas cidades, onde podemos perceber a interação campo/cidade.

Apontamos, no entanto, a necessidade de ampliar nossas reflexões acerca desse estudo, para que possamos compreender melhor como a campesinidade pode estar presente nas pequenas cidades e nas periferias das cidades médias e grandes, tentando entender como ocorre a relação entre desses espaços da cidade com o campo. Esperamos em momento oportuno continuarmos esse trabalho e cumprirmos nosso compromisso social com a pesquisa e a sistematização do conhecimento acerca da campesinidade, e quem sabe de alguma forma colaborar com a reflexão sobre o modo de vida camponês.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ARAÚJO, R. A. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BESSA, T.; NEVES, F. C.; JUCÁ, G. N.; MENEZES, M. Entrevista com PORTELLI, Alessandro. **Revista Historiar**, Sobral, v. 4, n. 4, p. 1-29, jan./jun. 2011.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 6. ed. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1982.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos feministas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 22-55, jul./dez. 2001.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, L. S. Pequenas cidades e cotidiano. In: SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. (org.). **Pequenas cidades uma abordagem geográfica**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2009. p. 69-87.

IANNI, O. A Utopia Camponesa. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (org.). **O Espaço no fim do século: a nova ruralidade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 214-220.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARQUES, M. I. M. Campesinato sertanejo e sua relação com a terra ao longo do tempo em Ribeira-PB. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. p. 8628 -8640.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. Diálogo com Alessandro Portelli (Culturart). São Paulo, 1997.

RENK, A.; CABRAL, V. J. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. **Revista Esboço**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 9-28, 2002.

RODRIGUES, A. S. **Ruralidades na periferia oeste de Fortaleza**: paisagens, lugares e práticas rurais no cotidiano da metrópole. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

RODRIGUES, F. J. 50 anos, agricultor. **Entrevista concedida as autoras**. bairro de Vassouras, Taparuaba, Sobral-Ceará, 28 abr. 2018.

SAMUEL, R. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 219-243, jan./set. 1990.

SANTANA, A. N. C. **Pequenas cidades do Ceará no (des)encontro do urbano e do rural**: Groaíras e Meruoca em Discussão. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI J. E. (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SILVA, A. B; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. Uma leitura da socioeconômica das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. *In*: SILVA, A. B; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. (org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2009. p. 59-68.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-29, set. 2000.

SILVA, V. A. **A Campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245, [S. p.], mar. 2007.

WOORTMANN, E. F. **A árvore da memória**. Brasília: Série Antropologia, 1994.

WOORTMANN, E. F. Fuga a três vozes. **Anuário Antropológico**, n. 91, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo; Brasília: Hucitec/ UNB, 1995.

WOORTMANN, E. F. Migração, família e conhecimentos tradicionais. **Revista Vivência**, [S. l.], v. 1, n. 43, p. 13-27, mar. 2014.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *In:* **Anuário Antropológico**, n. 87, Brasília: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.